

NOTAS SOBRE O 8º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA

realizado em Santiago do Chile, Chile, de 4 a 10 de março de 2001

Amélia Luisa Damiani* e Odette Carvalho de Lima Seabra**

O 8.º Encontro nos pareceu menos uma recusa a uma reflexão, mais uma compreensão pautada num pragmatismo exacerbado, como se alguma reflexão já tivesse sido feita e aparecesse somente enquanto premissa. Esta circunstância atravessou todos os trabalhos. Isto foi possível ler na estrutura do encontro; no enfrentamento das temáticas, especialmente nas mesas redondas, menos nas comunicações, mais libertas quanto ao conteúdo, embora, ao estarem sujeitas a essa estrutura, acabassem submetidas também.

Enfrentemos a premissa do ponto de vista da concepção de ciência; da concepção de Geografia e de sociedade. Deparamo-nos com idéias a propósito da relação Estado e sociedade, na qual o Estado tem um sentido ordenador e gestor dos conflitos sociais, o que é de todo paradoxal considerando-se a história recente do Chile e de toda a América Latina. A Geografia aparece como uma mediação necessária entre o Estado e a sociedade, cumprindo o papel de produzir um conhecimento ordenador do território, tendo como pressuposto a necessidade de reequilibrá-lo, a partir de estratégias territoriais e regionais: superando-se a realidade de regiões abandonadas, ao lado de áreas de grande concentração.

Uma tal concepção de Geografia, mesmo que não represente a totalidade dos conteúdos da geografia latino americana, neste evento, foi hegemônica e forneceu os parâmetros para se

pensar a sociedade. Esse pensamento hegemônico substitui uma geografia crítica, que ele mesmo define, em princípio, como estritamente teórica, por uma geografia propositiva, pragmática, conservadora e funcional, aparecendo como se fosse uma superação dos limites da geografia crítica, quando a rigor serve à reprodução social, nos termos em que a sociedade se apresenta. Neste sentido, a geografia e os geógrafos vão ganhando um perfil tecnocrático. Isto quer dizer distanciando-se da ciência e em franca aproximação com ações estatistas.

Claro está que são princípios que sustentam essas concepções e atitudes, um deles, por exemplo, foi o de não discutir equidade e sim qualidade. Aposta-se como fundamento na manutenção da estrutura social existente. Ela não está em questão.

Quanto à estrutura do evento, as excursões foram concomitantes à apresentação dos diversos trabalhos, o que acabou por refletir na audiência às mesas redondas: a tendência foi seu esvaziamento. No primeiro dia ficou menos nítido, pois não havia visitas de campo; em seguida, este perfil de evento se consolidou e aqueles que não iam nas excursões tinham menos motivação para acompanhar os debates, havendo, então, seu enfraquecimento. Eis o principal problema do congresso: ele significou um bom nível informativo, pois as excursões foram cientificamente

* Professora do Departamento de Geografia FFLCH / USP

** Professora do Departamento de Geografia FFLCH / USP

bem orientadas, mas não propiciou o debate das idéias.

Demarcou todo o evento a discussão da globalização e do que significa para a América Latina: privatização generalizada; desemprego, miséria; nova industrialização, com características excludentes; empobrecimento dos Estados Nacionais; além dos antigos pobres, o surgimento dos novos pobres, pois a população não consegue manter seu nível de vida; regiões centralizadoras e outras praticamente abandonadas pela não reprodução interna dos negócios...

Ensaíamos alguns itens a este propósito:

1. A importância da geografia é notória considerando-se que ensina o sentido de localização, contrapondo-se à globalização. Tornando-se relevante para a construção da cidadania: lugarização. Fortalecer as regiões, os lugares, o território, as diferenças ambientais. Trata-se de relações de contrapartida. O Mercosul aparece como uma via possível de definição de lugar, contraposto à globalização. A geografia lideraria o tratamento da diversidade, a ser resgatada. Trata-se de compreender a relação entre os lugares, mas também sua identidade particular.

O processo de homogeneização não se conclui e a geografia pode entrar no corpo das decisões estatistas, assim como nas salas de aula, definindo uma trama de mobilizações.

2. Prevaleceu um elogio ao desenvolvimento sustentável na gestão das cidades, considerando que boa parte da população latino-americana é urbana. Havia a esperança da gestão envolvendo o Estado com outros agentes, privilegiando sempre a ação do primeiro como ordenadora. O sentido é o de uma planificação estratégica integral. Neste âmbito também volta a questão dos fatores de concentração territorial e de desconcentração. Haveria uma cultura da concentra-

ção a enfrentar – concentração dos recursos humanos, formação de uma cultura da modernidade e desenvolvimento de uma infraestrutura territorial, todos elevando as condições de vida, inclusive das populações não concentradas, que produzem para os concentrados; o povo pensando as áreas concentradas como região de oportunidades... -. A favor da desconcentração, sugere-se os desajustes ambientais; a insuficiência da produção agro-alimentícia; a perda da capacidade de suporte dos sítios urbanos nas áreas de concentração, etc. Vislumbra-se a necessidade de um sistema urbano policêntrico e políticas de desenvolvimento regional, envolvendo, em muitas áreas, o novo setor de turismo.

Prevalece nestas análises o ponto de vista do ordenamento territorial, isto é, uma estrutura espacial sustentável, observando-se a ecologia ambiental, o estudo de impactos, os direitos ambientais, inseparáveis da questão social, a questão ambiental, como política e geopolítica, em suma, a questão ambiental como uma questão de qualidade; o sistema político e programas e projetos para atenuar desequilíbrios territoriais. Isto é, o planejamento territorial, que no lugar do progresso, defina uma ecopolítica, a importância das tecnologias limpas, as estratégias de uso conscientes, classificando o território em suas potencialidades e vulnerabilidades, superando as abordagens setorializadas. Inclusive, insistiu-se em parcerias do Estado com a iniciativa privada, tendo como norte eixos nacionais de desenvolvimento, pois a globalização tende a ignorar o mercado interno e configurar uma exclusão social e espacial. Por exemplo, os corredores de exportação, sem vínculos com seu entorno.

O ordenamento depende de agentes hegemônicos e cobra-se do governo uma participação, entre estes agentes, para assegurar o bem comum. Insiste-se que a participação cidadã é débil, para muitos infra-política e é preciso incentivá-la; neste sentido, trata-se de uma articula-

ção entre o local, mais cotidiano, e o global, mais estrutural.

3. Privilegiou-se o tratamento da exclusão social, da pobreza urbana e todas as pobreza, definidoras da América Latina. A exclusão aparece como um conceito mais abrangente, incluindo a segregação e o *apartheid*. Trata-se de um mecanismo de perda, envolvendo a perda dos direitos de moradia e de todos os pertencimentos. O excluído é retirado da sociedade, e ao perder o social, perde o humano-genérico, isto é, a realização de sua humanização, inclusive, perde sua condição territorial. Há diversidade na exclusão e pode-se falar de um espectro, que vai da inclusão à exclusão, com todas as variações possíveis.

As desigualdades do bem-estar na América Latina não são francamente detectadas. Os sem dinheiro, os trabalhadores da economia informal não aparecem nos dados oficiais, que se baseiam, ainda, em médias dissimuladoras. Quando falamos de um lugar é possível superar esses limites, mas os grandes recortes espaciais estão sujeitos a eles, isto é, os dados oficiais desfiguram o conhecimento da América Latina. Assim, a proposta vai na direção de uma geografia da fraternidade (?), que alcance a compreensão das desigualdades do bem-estar.

E surge aqui um recorte importante: as zonas de risco de catástrofes físicas e a vulnerabilidade relativamente maior dos pobres. E assim, reúne-se dois fenômenos de características diferentes: os fenômenos físicos catastróficos, como o risco de terremotos, de caráter cíclico e estrutural; e os fenômenos sociais, como a condição de pobreza, relativos às relações sociais, também estruturais. Estabelece-se um vínculo entre eles, que é definido como vulnerabilidade.

De modo geral, definiu-se que com a globalização há além da técnica, a pobreza acrescentada, com a desindustrialização e a nova in-

dustrialização. Essas circunstâncias alteram a estruturação territorial, com espaços e regiões praticamente abandonados.

Sobre a geografia crítica

Uma mesa redonda sobre a geografia crítica foi realizada, tendo em vista seu inventário.

A geografia crítica na América Latina foi examinada como um contraponto crítico, no plano do conhecimento, à exploração e à miséria próprias desta unidade territorial. Retirando a geografia do seu conservadorismo e descritivismo, que reduzem o natural e o social. Mas novas tendências foram apontadas como desencadeadoras de retrocesso: a importância exagerada dada ao sistema de informações geográficas; a globalização como contexto de todos os trabalhos; os trabalhos apenas de cunho nacional, quando a resposta deve ser regional, isto é, latino-americana. Ressaltou-se o atrelamento entre a geografia crítica e uma geografia dos movimentos sociais, em movimento desde os anos 70. Para os chilenos, tratava-se de desmistificar o milagre chileno, definindo o avanço do neo liberalismo a partir de 1973 e enfrentando os temas proibidos, como a reforma agrária. Novamente ressaltou-se as desigualdades regionais agudas.

Fala-se de uma geografia da repressão e da liberdade, e de como viver melhor nesta globalização, superando a informalidade da economia e o trabalho temporário, o perfil de Estados nacionais cada vez mais verticais e conservadores, etc.

Mesmo neste momento prevaleceu um ponto de vista propositivo, o de uma geografia democrática e solidária, contrária à geografia do poder.

A dependência e a pobreza foram ressaltados como elementos reconstruídos pelo neoliberalismo, demarcadores dos territórios latino-americanos; junto com essas novas tendências, existe a recondução do neopositivismo, contrapondo-se a uma concepção materialista e dialética do conhecimento, dado o avanço das políticas neoliberais e das novas tecnologias. Ainda

a fenomenologia (e a cultura) surge do corpo do embate entre marxismo e neopositivismo e ela é inibidora e não suficiente para a análise de nossa realidade.

Uma agenda de investigação latino-americana foi proposta, aproximando os latino-americanos e constituindo a possibilidade de uma associação de geógrafos latino-americanos. Ainda definiu-se a necessidade de uma crítica da geografia crítica, do pensamento estruturalista mecanicista, que incentivou, e a partir das diferenças latino-americanas, refundar a geografia crítica.

A mesa foi mais um manifesto do que um momento de estudo vertical das categorias motoras da geografia crítica. Às vezes, esbarrou em crítica moral, mais do que numa superação dialética dos limites da geografia crítica, em balanço. Mas nos parece que este caráter de crítica conservadora demarcou todo o encontro. A questão é: encontros internacionais, ou melhor, grandes encontros científicos têm espaço para outra possibilidade? É o império do universo do espetáculo, em que qualquer positividade é apenas residual, inclusive, dependendo do percurso pessoal feito da experiência. Como experiência coletiva é limitada.

Em suma

Uma avaliação necessária: uma lógica do espaço move as exposições - a lógica formal, que compõe, distingue, separa, compara, exclui, inclui. Ela implica a possibilidade de uma intervenção, contingente, que vem de fora, uma unidade, ou unificação, de cima. Mas, qual seria sua relação com a produção do espaço, cuja racionalidade é contraditória, de inclusão e exclusão

internas, necessárias, que diz respeito ao movimento, às positivities e negatividades intrínsecas, à genética dos processos, que não revelam o Estado como aparato de fora? Não haveria um limite do pensamento geográfico, praticamente imamente, a ser superado? Como aparece este limite? Num Estado ou em intervenções estatistas ordenadoras ou reordenadoras, na intervenção de geógrafos e do Estado corrigindo os processos, que paradoxalmente têm, entre seus agentes, o Estado. Portanto, o ponto de vista é tecnocrático. Falou-se de uma geografia ativa, definida também como aplicada, obscurecendo o significado da geografia ativa, incentivada por Pierre George, cujo projeto era exatamente se contrapor, ainda sem tantos argumentos, segundo R. Guglielmo, um dos participantes, a uma geografia aplicada, definida como tecnocrática. Neste evento, ambas aparecem como sinônimo. Provavelmente, a indecisão da geografia ativa permitiu esta redução e extrapolação.

Fora do Encontro

Numa paisagem metropolitana rigorosamente controlada, de estratificação estrita do território e de seu uso, (onde os bairros populares são francamente separados dos bairros ricos, mas o afavelamento, os sem teto sequer são notados) no domingo, 11 de março, uma festa popular, a festa de dez anos de democracia, reuniu milhares de pessoas e desencadeou uma imensa manifestação de jovens contra o neoliberalismo e o desemprego e a falência social que implica, contra a indecisão do governo a respeito do processo Pinochet e outros conteúdos, e sugere a necessidade iminente de um pensamento crítico.

